

Facções de Marte: narrativa e discurso sobre a guerra cotidiana nas páginas do *Mercurio Portuguez* (1663-1666)*

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente cursa o doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, com bolsa do CNPq.

RESUMO

No *Mercurio Portuguez*, periódico mensal redigido pelo secretário de Estado português, Antonio de Sousa de Macedo, entre 1663 e 1666, durante o governo de D. Afonso VI, a maior parte de suas notícias retratavam os eventos da Guerra da Restauração, travada desde 1641 contra Castela. Sobre este conflito, a historiografia tem demonstrado o seu grande impacto sobre a vida das populações das zonas de fronteira, assoladas cotidianamente por saques, razias, escaramuças, e outros feitos militares de pequeno porte. Importa neste artigo demonstrar como as narrativas destes sucessos menores tiveram grande relevância para Macedo na construção de seu discurso político, e mesmo em sua transformação ao longo dos quatro anos de publicação. Se a iniciativa de impressão de um periódico revela a intenção política de influenciar a opinião circulante em Portugal, na abordagem do *Mercurio* sobre esta guerra de pequenos feitos cotidianos encontram-se elementos decisivos de suas estratégias discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Restauração portuguesa; imprensa periódica; narrativas de guerra

ABSTRACT

In *Mercurio Portuguez*, a monthly periodical written by the Portuguese secretary of State, Antonio de Sousa de Macedo, between 1663 and 1666, during the government of Alphonse VI, most of its news portrayed the events of the Restoration's war, fought since 1641 against Castile. About this conflict, the historiography has shown its great impact on the lives of people from border areas, plagued daily by looting raids, skirmishes, and other small military exploits. This article wants to demonstrate how the narratives of these minor successes had great relevance for the construction of Macedo's political discourse, and even for its transformation over the four years of publication. If the initiative to print a journal reveals the political intention of influencing the opinion circulating in Portugal, in *Mercurio's* approach on this war of small everyday feats we find crucial elements of his discursive strategies.

KEYWORDS: Portuguese Restoration; periodic press; narratives of war

INTRODUÇÃO

Em uma das primeiras semanas de fevereiro de 1663, saiu da oficina do Impressor Régio Henrique Valente de Oliveira o primeiro número do *Mercurio Portuguez*, com as novas da

* Artigo recebido em 26 de março de 2014 e aprovado para publicação em 30 de abril de 2014.



*Guerra entre Portugal, & Castela*¹. Segundo periódico impresso em terras portuguesas², tratava-se de uma publicação mensal sob a responsabilidade de Antonio de Sousa de Macedo, fidalgo da Casa Real e doutor em Direito Civil, que nas décadas anteriores havia se destacado como escritor e diplomata a serviço do Estado português restaurado. Escrevê-lo e publicá-lo, de janeiro de 1663 até dezembro de 1666, foi certamente uma de suas atribuições mais importantes no governo do reino, pelo qual foi nomeado secretário de Estado em 1662, na sequência da manobra política que pôs fim à regência de D. Luísa de Gusmão e deu início ao governo de D. Afonso VI³. Período de redefinição política, o momento em que o periódico começa a ser impresso é também o de recrudescimento da guerra travada contra Castela desde o golpe da Restauração em 1640. Com propriedade o seu redator pôde comentar, como quem justifica a razão de seu esforço, em uma de suas primeiras edições: "Basta dizer, q trabalhando as Armas Portuguesas, & Castelhanas ha mais de 22 annos, estão hoje tão furiosas, como se este fora o primeiro"⁴. Diante deste quadro é que o *Mercurio* se coloca, incumbindo-se de divulgar as notícias da guerra, das medidas tomadas pelo governo, com o objetivo declarado de combater informações disseminadas por escritores castelhanos, e assim modificar a opinião que se difundia sobre o rumo dos acontecimentos, dentro e fora de Portugal.

A coleção completa das edições do *Mercurio Portuguez* constitui documentação valiosa para o historiador que pretenda se debruçar sobre este conturbado período de formação do Estado português, justamente por ser produto e instrumento da ação política do governo instaurado em torno de D. Afonso VI, portanto objeto de fundamental interesse para a compreensão do exercício político dos homens que o ocuparam. A guerra é o principal foco direto de suas notícias. Mesmo que em alguns números ela apareça em segundo plano, na maioria deles as lutas travadas em defesa da independência do reino são os personagens principais do periódico. Já naquele número inaugural, apesar do inverno de janeiro, em que "a inclemencia do tempo não permite grandes

facções militares"⁵, surgia a possibilidade de referir as façanhas das tropas da cavalaria do Alentejo, e de comentar a precisão da investida contra alojamentos castelhanos liderada pelo conde de São João, governador das armas da província de Trás-os-Montes. Relatados estes eventos, Antonio de Sousa de Macedo conclui seu primeiro *Mercurio*, e reafirma seu compromisso:

Neste mez de Janeiro não ouve outra facção, ou recontro, & porque não pareça que sò se ham de referir os de ventagem para Portugal, promete Mercurio debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deos não permita) succeda contrario; & com esta promessa, pede que se não dê credito aos que elle não relatar, como a supostos, & inventados.⁶

O discurso de atenção à verdade, exórdio costumeiro das relações e gazetas do período, revelava o seu objeto principal: a narração da guerra. É na descrição dos movimentos da Guerra da Restauração que o *Mercurio* anuncia a primazia de seu embate contra os escritores castelhanos, pois seria inventando e distorcendo os fatos bélicos que eles estariam convencendo os estrangeiros, e quiçá os próprios portugueses, de sua força. Anunciada dentro desta lógica a tarefa do novo periódico, a predominância das notícias de guerra em suas páginas pode ser explicada com mais acuidade. Afinal, o destaque maior de tal ou qual assunto na imprensa periódica, moderna ou contemporânea, não pode ser compreendido como reflexo direto da importância real deste tema ou evento no mundo, mas sim associado aos objetivos que conduzem a sua veiculação. Partindo desta premissa, não é cabido esperar que aqui se proceda a verificação da autenticidade das notícias relatadas pelo *Mercurio Portuguez*, como se importasse avaliar o grau de sua confiabilidade como fonte para o leitor da época, ou, pior, para o historiador do presente. Se, no entanto, o que se objetiva é compreender o lugar deste periódico enquanto instrumento

político, a destacada centralidade da narração de feitos bélicos em suas edições indica a relevância de uma análise da construção do discurso de Antonio de Sousa de Macedo sobre a guerra que vivia a partir de 1663 já a sua última fase.

A leitura continuada do *Mercurio* deixa entrever a dinâmica da guerra, seus movimentos, sua periodicidade. A época de maior atividade bélica situava-se entre os meses de maio e novembro, portanto do fim da primavera até o outono, com auge no verão, quando os rivais encontravam condições climáticas para reunir seus exércitos, e direcioná-los a batalhas de grande proporção, tomadas de praças militares, e outros feitos de maior vulto. Nestes meses o periódico narra as principais notícias sobre o desenvolvimento da luta contra Castela, as mais decisivas batalhas da guerra da Restauração. Nos meses de dezembro a abril, as novas do periódico ligadas a eventos de guerra mostram apenas feitos de menor porte, representando este período uma baixa temporada militar imposta pelos rigores do inverno na região. Em praticamente todos os meses de sua publicação, porém, sua narrativa é pontuada por estes pequenos recontros entre tropas, escaramuças, ou saques a pequenas vilas e lugares.

Durante os vinte e oito anos de guerra, foram poucos os combates entre exércitos de grande porte; os que houve, foram certamente decisivos em seus respectivos períodos, mas resumir-se a analisar o conflito pontuando grandes batalhas e generais implica uma visão incompleta das condições que influenciaram o desenvolvimento e o desfecho da guerra, bem como a impossibilidade de compreensão do seu papel na sociedade ibérica daquele tempo⁷. O historiador Fernando Cortés Cortés, exemplo na península da contestação de uma história da guerra apoiada apenas na valorização do significado dos feitos de maior vulto, e um importante estudioso do impacto da guerra no cotidiano e na economia das regiões da fronteira hispano-portuguesa, aponta para o drama vivido pelos habitantes em decorrência de uma guerra prolongada, e destaca sua característica de violência cotidiana, baseada na ação mais corriqueira de peque-

nos destacamentos, ocupados apenas em devastar propriedades, arrasar colheitas e saquear tudo o que encontravam. Raramente verificou-se a ocupação do solo inimigo, o que parecia pouco interessar, de acordo com o autor, aos contendores. Os objetivos destas formas de luta seriam debilitar o inimigo, econômica e psicologicamente, arruinar e dificultar atividades agro-pecuárias e comerciais; em suma, desarticular a economia e pressionar duramente os habitantes, fazendo-os optar por abandonar, e assim desamparar, o território. A explicação deste estilo de ação militar teria duas faces: de um lado estaria a impossibilidade de ambos os lados para derrotar totalmente o inimigo, e do outro o excelente negócio e os elevados benefícios que a busca por presas trazia a todos os militares, e mesmo ao Estado, por seu direito à arrecadação da quinta parte dos despojos alcançados⁸.

A documentação arrolada e citada pelo historiador para comprovar sua interpretação, porém, deixa margem para que se questione sua intuição de que havia este planejamento *a priori* organizando a sucessão de razias que constituiu a maior parte dos movimentos militares ao longo dos mais de vinte anos de conflito, e de que era possível encontrar, entre os exércitos em contenda, tamanha consciência de suas reais capacidades de ação, e dano. Por ora, porém, basta a consideração deste estilo de guerra como um dado importante para a compreensão desta e de outras guerras européias daquela época, e dos fatores de pressão militar caracterizados acima, para que se dê a devida importância aos feitos militares de menor vulto no contexto da Guerra da Restauração, e para que no presente artigo nos concentremos sobre o modo como o *Mercurio Portuguez* tratou dos mesmos.

OS PRIMEIROS CONFRONTOS: A PRESSÃO MILITAR NO ALENTEJO

Terminado o inverno de 1663, Macedo conclui a edição sobre o mês de março com uma rápida referência, e não muito estimulante, às negociações de paz que começaram na fronteira norte de Portugal no início do ano⁹, mas sem deixar de narrar já três

“facçoens de Marte, neste mez em que elle especialmente reyna”¹⁰. Na primeira delas, o mestre de campo General Pedro Jacques de Magalhães, pela província da Beira, entra em Castela para enfrentar as tropas alojadas na Vila de Sarça, que vêm ao seu encontro: “Os nossos as invistiraõ com tal resoluçaõ, que às cutiladas as fizeraõ recolher pellas portas dêtro, tomandolhes alguns cavallos, & trazêdo todo o gado que se achou naquelles campos, sem perda algũa nossa”¹¹. Já em Entre-Douro-e-Minho, foram os castelhanos que atacaram, com trezentos infantes e duas tropas de cavalos, uma aldeia de Vila Nova, e o *Mercurio* narra a ação da tropa capitaneada por D. João de Sousa, filho do conde de Prado governador das armas da província:

pelejousse valerosamente, com muito sangue de parte a parte, ficando hum Cabo Portuguez com hũa perna passada de duas balas, outro com duas cutiladas na cabeça. Morreo hum Tenente Gallego, & alguns soldados da parte de Castella; mas finalmente o inimigo não entrou na aldeia, & se retirou fogindo vergonhosamente de numero taõ piqueno dos nossos, que o foraõ seguindo até junto do dito Forte de S. Luís, trazêdo alguns prisioneiros.¹²

Sobressaem, na narração destes feitos, a determinação, a coragem e a força das tropas portuguesas. No primeiro, ressalta-se a perfeição da ação militar, pela eficiência no combate, pelo grande proveito do saque auferido, e pela ausência de qualquer perda de soldados. Já na defesa da aldeia, embora se comente a violência do confronto e o ferimento de dois portugueses, ao cabo da narrativa do ocorrido predomina a visão da imponência da vitória de alguns bravos combatentes contra um número bem superior de inimigos, e a desonra da fuga das tropas castelhanas. Na narrativa das batalhas do mês de março, é clara a intenção não de difundir a expectativa da paz, mas sim a proficuidade da guerra.

A outra nova militar do mês traz de forma ainda mais marcante o tom de menosprezo observado em relação ao inimigo. Pela pro-

víncia do Alentejo, o governador das armas conde de Vila-Flor envia as tropas da cavalaria de Elvas, sob o comando do Tenente-General D. João da Silva, para refrear a ousadia da cavalaria de Arronches, praça tomada aos portugueses em 1661; em ataque a cinco esquadrões inimigos, que comboiavam um grande número de cavalgaduras que saía a forragear, os portugueses terminam por tomar-lhes sessenta cavalos e setenta das cavalgaduras, enquanto os perseguiam até entrarem na praça.

Quando o Conde Governador das armas deu aquella ordem se achava Dom Manoel de Atayde, tambem Thenente General da cavalaria, muito doente sangrado dez vezes, de que no dia antecedente tinha sido a ultima; porém seu brio não soffeo ver ir os côpanheiros, & ficar elle; & assi animadas as forças corporaes só de seu espirito, os acompanhou; em a peleja se houve com tanto valor, que mostrou bem que pode dar dez sangrias de barato aos Castelhanos.¹³

O tratamento do periódico sobre o feito, além de enaltecer a inteligência de D. João da Silva e a bravura de D. Manoel de Ataíde, conclui-se depreciando a inteligência e a bravura dos castelhanos, e de um modo carregado de humor, de sarcasmo. Não foi apenas o brio individual do tenente-general que tornou possível seu bom desempenho na contenda mesmo após passar por dez sangrias, mas também a fraqueza e a pusilanimidade do oponente. Fazia parte, portanto, do discurso engendrado por Antonio de Sousa de Macedo, um enaltecimento que buscava difundir confiança nas forças portuguesas, fundado também no menoscabimento, com toques de humor, em relação aos castelhanos. O que o periódico não diz, porém, é que as populações alentejanas não estiveram bem-humoradas no decorrer daquele mês.

Em carta de 3 de março daquele ano, o conde de Vila-Flor, instado a informar o governo sobre o estado em que se achavam as vilas de Monforte e Alter do Chão, e arredores, deixa bem claro como estava a região sujeita à ação do inimigo, que inclusive vi-

nha ameaçando os moradores, “dizendolhe que não contribuem com tributo algum aos officiaes desta Coroa”¹⁴. Havendo recebido informação de que aquelas vilas se recusavam, por tal constrangimento, a pagar impostos pertencentes à sua fazenda, Sua Majestade solicitava de Vila-Flor seu parecer, e soluções, a que o governador respondeu:

ao que procurarei reduzilos será que recolham seus Gados, moveis, Molheres, as cabeças das Comarcas, ou pela terra dentro, donde cada hum tiver melhor conuinencia visto estar o tempo tão entrado e os exercitos para sair em campanha, porque não hé possível divertirce o exercito em guarnecer aqueles lugares por não ter nenhum deles genero algum de fortificaçam e que os velhos e mininos sigam os mesmo caminho com aqueles que precisamente não puderam largar suas cazas, e que os homens que puderem tomar armas se emcorporem com o exercito ou se metão de Guarnição na praça mais sircumvezinha e que, passada a Campanha para os livrar dos males que o inimigo lhe poderia fazer tornandoce para suas cazas com suas molheres, e bens os mandará Vossa Magestade reparar, e fortificar na melhor forma que for possivel fortificandoce principalmente Monforte e a Asumar, que sam os lugares mais vezinhos Arronches.¹⁵

Portanto, a notícia que chegava ao governo, e que provavelmente alcançava também alguma parcela de leitores do *Mercurio*, era de que a região no entorno de Arronches, desde que esta praça havia sido tomada pelos castelhanos em 1661, estava a cada dia mais vulnerável, e trazendo cada vez mais preocupações, estratégicas e financeiras, para a Coroa. O conde de Vila-Flor, na mesma missiva, não conclui sem ponderar a possibilidade de os moradores não aceitarem suas sugestões, nem as garantias que daria em nome do rei, e já adianta que, se assim fosse, seria a favor de que se investisse contra os mesmos, argumentando que “o inimigo se hade valer de tudo o que eles tive-

rem asy de carruagens como de mantimentos, e provavelmente os obrigará a tomar as armas contra nós e será mais comviniente que os impossibilitemos para que nos não fasam estes danos”¹⁶. O pragmatismo da solução última proposta pelo governador, expressivo documento da política e da ação militar do período, revela a dimensão do problema enfrentado naquela zona de combate, e a consequente apreensão que devia disseminar no reino, e em Lisboa, para onde certamente convergiam os rumores sobre o avanço castelhano, e das dificuldades que havia para contê-lo.

Fica patente a necessidade, sentida pelo redator do *Mercurio Portuguez*, de se dirigir contra tal apreensão. A notícia de uma vitória portuguesa contra a cavalaria sediada em Arronches, portanto, vinha a calhar, tanto para o conde de Vila-Flor, que a enviou por carta datada de 21 daquele mês, e precisava demonstrar que tomava providências para minorar o problema na região, quanto para Antonio de Sousa de Macedo, que, diante do exposto, interessava-se em divulgar novas alentadoras sobre o desenvolvimento do confronto no Alentejo. É significativo, neste sentido, que a notícia sobre o feito português iniciasse apenas com a consideração de que “se licenciava tanto a cavalaria que o inimigo tem em Arronches”¹⁷, dissimulando com ares de desdém a interferência e a preocupação que os castelhanos causavam na província. Na carta em que enviou a mesma notícia para o rei, Vila-Flor não precisara ser tão discreto, preferindo enfatizar a utilidade de seu comando:

Andava tão livre a cavallaria de Arronches pella nossa campanha, e estava tão costumada a correr as partidas, que nem se lhe dificultava o andar por ella, nem havia partida que não temese muito o ir tomar lingoa aquella praça pello que me resolvi a mandarlhe armar asim para a derotar, como tambem para desatemorizar a nosa gente, e confiar as nosas partidas.¹⁸

No mais, é pertinente notar como, fora esta significativa diferença inicial, a abordagem do *Mercurio* sobre o acontecimento é

quase uma transcrição da carta do governador, o que mais uma vez confirma como se ajustaram naquele momento os objetivos deste e os do secretário de Estado. As únicas alterações na informação promovidas pelo periódico foram pequenos ajustes nos números do feito. Vila-Flor havia escrito que foram capturados, além das setenta cavalgaduras, muitos cavalos, sendo que não mais de quarenta foram trazidos para a partilha, e outros deveriam ter sido escondidos pelos soldados; Macedo, então, informou a captura de sessenta cavalos. Já quanto à atuação de D. Manoel de Ataíde, o periódico arredondou para baixo o número de sangrias sofridas pelo tenente-general, que de acordo com a carta do governador da província haviam sido doze, e não dez: “Estando convalecendo de hũa grande doensa que padeceo de que o sangrarão doze vezes lhe não soffreo o seu zelo ver ir os companheiros a ocazião sem os acompanhar nella em que procedeo como se podia esperar de sua callidade”¹⁹. A diferença de duas sangrias é irrelevante, diante da alteração que Macedo operou no deslocamento da narrativa da carta para a de seu periódico, trocando “zelo” por “brio”, e enaltecendo com outra ênfase a ação do último personagem, dizendo que a força com que acompanhou os seus a buscou em seu espírito, e que lutou “com tanto valor, que mostrou bem que pode dar dez sangrias de barato aos Castelhanos”²⁰.

Como se pode aferir da comparação entre a notícia veiculada pelo *Mercurio* e o modo como ela havia sido descrita ao rei pelo governador das armas do Alentejo, não está na deturpação da informação a característica mais marcante da distinção entre as duas descrições do evento. Ao contrário, Antonio de Sousa de Macedo evidentemente utilizou à larga aquela carta como base para sua escrita, inclusive reproduzindo de forma bem aproximada os dados numéricos lá pontuados. Mais revelador da função política representada pelo periódico, portanto, é destacar como os distúrbios causados na região pela cavalaria inimiga são apenas referidos superficialmente no periódico, e como é na valorização do feito, pela via da ênfase na inteligência e na bravura do soldado português, tanto quanto pela do sarcasmo e do deboche

em relação às tropas castelhanas, que a sua abordagem se distingue mais da encontrada na missiva do conde de Vila-Flor. Direcionando a narrativa do feito bélico para um outro público, mais vasto do que o que teve contato com a carta, Macedo aposta na introdução destes elementos para combater alguma inquietação que poderia estar se desenvolvendo em relação ao estado da guerra na principal fronteira do reino, e para difundir maior confiança no desempenho militar português.

NEM TÃO MENORES: A VALORIZAÇÃO DOS FEITOS MILITARES DE PEQUENO PORTE

Preocupado, como foi visto, em interferir na opinião que se desenvolvia sobre a guerra contra Castela, Antonio de Sousa de Macedo percebia a importância de narrar, e comentar, os pequenos sucessos de guerra que marcavam a vida da população e dos soldados nas terras de fronteira. Se ele tinha razão em afirmar, no segundo número de seu periódico, que a guerra estava àquela altura mais intensa do que nos últimos vinte e dois anos, e a historiografia atual tem mantido e aprofundado esta visão²¹, e se nesta fase se realizou a maioria das suas maiores e mais decisivas batalhas, nem por isso o *Mercurio* deixa de abordar este cotidiano de recontros, escaramuças e, principalmente, de saques e razias, e de elaborar a partir deste enfoque elementos cruciais da construção de seu discurso sobre a guerra. Em momentos distintos, o periódico narra com estilos distintos estes feitos militares. Em várias ocasiões, como no exemplar sobre setembro de 1663, ele os aborda apenas sinteticamente, como que atualizando o leitor das últimas novas, e reafirmando seu discurso de atenção à verdade, que não permitiria que se deixasse pelo menos de pontuar qualquer evento relacionado à guerra:

Aos oito se tomãrão entre Olivença & Jerumenha, vinte cavallos, que o inimigo trazia de guarda naquella câpanha. Alguns dias depois tomamos outros sincoenta cavallos pella parte de Elvas. Em dezanove, ou vinte, Pedro Jacques de Magalhaães, Mestre

de Campo general da Provincia da Beira, entrou nos campos de Cidade Rodrigo, & trouxe trezentos boys, recolhendo-se sem perda alguma; & se o inimigo não tivera noticia da entrada antecipadamente, se fizera hũa preza mais consideravel. Estes bons sucessos tiveram o desconto de que na mesma Provincia da beira, no partido de Penamacor, nos derrotou o inimigo duas companhias de cavallos, que cahirão em hũa emboscada, & nos levou della cousa de trinta cavallos, & os dous Capitaes.²²

Já em outros casos, sua narrativa se detém mais sobre os feitos, como no caso já citado de março de 1663, em que na ocasião de um embate contra o inimigo o periódico aproveita para defender a eficiência dos portugueses, e a frouxidão dos adversários, além de enaltecer o desempenho dos heróis do dia. Na edição sobre abril de 1664, o *Mercurio* desenvolve uma aproximação semelhante, ao noticiar o combate travado por seis tropas de cavalos recém-recrutadas em Entre-Douro-e-Minho, contra três tropas e um terço de infantaria enviados pelo governador das armas da Galícia. Por duas vezes ao longo do dia o inimigo atacou as sentinelas da Praça da Conceição, para com isso atrair à peleja as tropas portuguesas. Na ocasião, a narrativa do periódico busca evidenciar a emoção da luta, além de demonstrar o preparo com que o exército português defende suas praças e seu território, não deixando de destacar os principais nomes envolvidos no feito:

Tornou à tarde a buscar as cêtinellas com maior grosso; nós as socorremos; elles engrossarão mais, nós fizemos o mesmo, & assim se travou uma escaramuça bem atacada, vindose por vezes ás mãos. Pello q o Mestre de campo João Rebello Leite Governador da praça lançou fora o resto da sua cavallaria, & alguma mosquetaria junto do fosso. Então rebentou o inimigo das emboscadas, mas sendo batido da nossa artilharia, & mosquetaria, & vêdo q não podia cortar a nossa gête, se retirou

cõ muita perda; (...) Tãbẽ se assinalou Agostinho de Araujo, que era o cabo da guarda; governava as tropas o Tenente Victoriano de Sousa, que se ouve cõ acerto, e bizarria; e do mesmo modo Frãcisco de Abreu, que governava a tropa do Capitaõ Nicolao Ribeiro Picado; & todos os soldados em cõpetêcia satisfizeraõ a sua obrigação. Dos nossos ficãraõ feridos de espada quatro soldados; & hum de hũa bala em hũa perna; mataraõnos dous cavallos, & algũs ficaraõ feridos.²³

A este evento, portanto, o *Mercurio* dedica mais sua atenção, e assim pede o mesmo de seu leitor, colocando-o no centro dos acontecimentos, de cada movimento do combate; mesmo que assim evidencie a violência cotidiana da guerra, o periódico intenciona passar ao leitor alguma segurança, difundindo confiança na força e na perícia militar portuguesa, nos heróis que defendem cotidianamente o seu território, perdendo sangue por ele. Além disso, Macedo nitidamente procura promover laços de identificação com os soldados, por exemplo designando-os como “nossa gente”, ou ao narrar suas ações inserindo nelas a participação do leitor, e, assim, de toda a população do reino: “Nós fizemos o mesmo”. O discurso sobre a guerra no periódico se dedica com grande frequência a estes pequenos enfrentamentos, onde de forma geral se destaca a porfia das tropas portuguesas, e sua apurada técnica militar, mesmo em momentos de desvantagem. Frieza, técnica, coragem: estas notícias de escaramuças e recontros, pontuadas ao longo de todo o período de publicação do *Mercurio*, funcionavam bem em sua lógica discursiva como um microcosmo do embate entre os dois reinos, dando ocasião a que se demonstrasse a superioridade portuguesa em cada detalhe narrado do conflito, e que se buscasse transmitir confiança no desfecho favorável da guerra.

Da mesma forma, é interessante perceber como a violência inerente a esta guerra de rápidas entradas em território inimigo é abordada pelo *Mercurio*. Se, como bem destacou Cortés Cortés, esta atividade bélica

de menor vulto, porém intensa, e contínua, é justamente a que assola e pressiona com mais assiduidade a vida dos moradores das regiões de fronteira, e se, como já foi evidenciado, as consequências políticas nefastas desta pressão influenciaram decisivamente o discurso engendrado por Antonio de Sousa de Macedo nos primeiros meses de seu periódico, é de grande valia acompanhar a sua postura diante dos eventos de guerra em que se punha mais em causa o impacto do conflito sobre a população: as pilhagens que se efetuavam tanto em terreno castelhano como no lado português da fronteira.

A edição de novembro de 1663 é exemplar quanto ao cenário de violência visualizado através do periódico. Em outubro, já se havia noticiado entradas castelhanas na Beira, com roubo de cavalos, gado, e degolas de portugueses. Já em novembro, começa a narração de saques orquestrados por Pedro Jacques de Magalhães, então governador das armas do partido de Riba Côa, distrito norte da província Beira, “em vingança das entradas que no mez passado referimos haverem feito os Castelhanos”. No primeiro dia do mês, o mestre de campo Manoel Ferreira Rebelo é enviado ao lugar chamado Redonda, “que he de setenta vizinhos, o qual saqueou, & queimou com morte de alguns Castelhanos, & proveito dos nossos soldados”. Uma semana depois, Pedro Jacques manda outros sessenta cavalos à Vila de Pastores, que “forão á porta do forte q tem ao redor da Igreja, & tocando a degolar, indo os moradores fugindo pera elle, degolâraõ oito, feriraõ muitos, entrâraõ o forte, saqueáraõ a Villa, queimâraõ as casas, & se recolhêraõ sem perda”²⁴.

Ainda mais feroz é a entrada ordenada por Afonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, recém-chegado para governar as armas do partido do Sul da Beira, Penamacor, no dia dezesseis. Como resposta à queima de algumas casas do lugar de Meimoa, “não tardou o nosso Governador com a vingança”, e enviou seu filho, o comissário-geral da cavalaria Jorge Furtado de Mendonça com cento e trinta cavalos e duzentos soldados auxiliares “sobre a Villa de Trebeja seis legoas da de Penamacor, na fralda da serra de Gata, cujo aspero sitio a tinha livrado até-

gora de padecer ruína”. Sem pudores quaisquer, incentivado por este clima de vingança que pretendia difundir com o seu periódico, o *Mercurio* narra o desfecho do feito deixando bem às claras o quão indefesos se encontravam a vila atacada e seus moradores:

As duas horas depois da meia noite, sem haver chegado a cavallaria pello intratavel do caminho, deu o Comissario Jorge Furtado com a infantaria na Villa descuidada, & a saqueou, e queimou, morrendo alguns miseraveis abrazados nas camas em que se haviaõ deitado para descansar.²⁵

Ao tratar dos saques às vilas, portanto, se mantém no *Mercurio* a operação de inserir o leitor no ambiente mais enérgico do conflito, e demonstrar a perseverança, e neste caso até a impiedade dos soldados e generais envolvidos cotidianamente com a defesa do território, e com o ataque ao inimigo. Quando se tratou de noticiar entradas e saques em vilas e lugares castelhanos, muitas vezes, como nestas acima, a ferocidade da ação militar foi descrita. O *Mercurio*, porém, não escapava à tarefa de justificar a agressão cometida. Nesta edição de novembro de 1663, como se percebeu, a principal razão apontada é a vingança, indicando que se tratava de responder à crueldade e à insolência dos castelhanos. Mais uma vez, a intenção de Antonio de Sousa de Macedo parece ser a de passar alguma confiança para o leitor, e ainda a de aplacar qualquer temor vinculado às últimas entradas efetuadas pelo inimigo. Outro elemento, porém, também importante justificativa do ataque a lugares desprotegidos, já aparece aí, indicado como o “proveito” obtido pelos soldados na ação: o saque.

Em vários números do periódico os saques portugueses são abordados, e muitas vezes percebe-se tal valorização dos despojos alcançados, descritos em alguns momentos com cifras bem elevadas. Nos últimos meses de 1664, o *Mercurio* narra uma série de entradas arrasadoras efetuadas pelo governador das armas de Trás-os-Montes, o já citado conde de São João, e a quantidade de animais capturados, além de outros bens, é sempre impressionante. Em

outubro, o conde teria repartido suas tropas e enviado para assolar várias localidades em uma região da Galícia nunca antes alcançada pelo exército português:

Saquearaõse todas aquellas Freguesias, de que se tirãõ oito mil cabeças de gado meudo, oitocentos bois, grande quantidades de patacas, & dobroës, muitas fazendas, em tam grande numero, que sendo grande o desejo em todos os nossos soldados, achãõ todos remédio commum, porque ainda que a repartição, que fez a sorte, não foi igual, todos vierão contentes.²⁶

Mais algumas entradas por Trás-os-Montes são então descritas, e a conclusão do *Mercurio* anuncia que alguns lugares da região vinham oferecendo obediência ao rei português. Tais acontecimentos, explica Macedo, teriam origem nas “notáveis perdas” que Castela e principalmente a Galícia vinham recebendo, e padecendo quase sem resistência. “Os clamores dos povos são iguais” arremata com precisão, “& o Rey sêse dobrar a tantos gemidos, posto q sem esperança de remedio”²⁷. Se por um lado, portanto, mostrava-se útil demonstrar a grandeza dos despojos conseguidos nas entradas na Galícia, parecia ainda argumento mais definitivo traçar como consequência da destemida ação portuguesa a desolação da região atacada e o sofrimento dos galegos, que porém não eram ouvidos por seu rei, o que os levava a recorrer à proteção das armas portuguesas que os atacavam. No mês seguinte o *Mercurio* volta a tratar das investidas do conde de São João, que “tem sido hum terrível flagello a Galliza, & a Castella a Velha por aquella parte”, que torna por sua vez a saquear lugares “a que a fúria dos nossos soldados nunca tinha chegado”, tirando deles cerca de trezentos bois, mil porcos, mil cabeças de gado miúdo, e outra grande quantidade de fazenda. O resultado destas bem-sucedidas entradas portuguesas é logo anunciado:

Andaõ os inimigos por aquella parte tão medrosos, que dous ou tres dias antes, vindo cem cavallos a hum lugarajo nosso, bastou a

resistencia de dez lavradores (que só o defendião) para lhes impedir a entrada, & matarlhes alguns cavallos, & obrigarlos a que, com passo mais que ordinario, se retirassem vergonhosamente.²⁸

Narrar os saques portugueses, bem se nota, além de servir para demonstrar, aos olhos talvez de um leitor preocupado com o impacto das entradas castelhanas em território português, como o desenrolar cotidiano da guerra vinha trazendo riquezas para Portugal, e tristezas para Castela, também passava pela afirmação deste tipo de feito como parte de uma estratégia militar eficaz, no sentido da redução do poderio e até da coragem do inimigo. Um ano antes, em novembro de 1663, ao focar o *Mercurio* a atuação das forças dirigidas pelo conde de Schomberg, governador das armas dos estrangeiros e mestre de campo general da província do Alentejo, esta estratégia, militar e discursiva, já se mostrava em pauta. Ordenou ele que algumas tropas saíssem a buscar presas nos campos dos arredores de Brozas, e que outras atacassem o lugar de Ferreguela, e os soldados tiveram um ótimo dia:

A preza do gado foi grandissima, porém os que a tomarão, desencaminhão a maior parte, como he ordinario. Acharaõse setecentos bois, seis mil ovelhas, tres mil cabras, mil & quinhentos porcos, trezentas cavalgadas. A cavallaria do inimigo com o aviso de que os nossos entravão, abalou de todas as partes, & se ajuntou em Albuquerque, mas pondose em marcha para Valença, soube que as nossas tropas estavaõ já incorporadas com o Conde de Schomberg, & com a diligencia que os Castelhanos tinhão feito para chegarem depressa, deixãõ pello caminho mais de cento & sincoenta cavallos mortos de cançasso.²⁹

Repare-se que, nesta notícia, por todos os lados se demonstra a eficácia dos saques efetuados, desde o tamanho da presa até a rapidez com que os destacamentos portugueses conseguiram frustrar a tentativa dos

castelhanos de retaliar sua entrada, e assim lhes impingir mais um dano, que foi a perda de mais de uma centena de cavalos. Até o fato de que os soldados portugueses costumavam desviar boa parte dos despojos conseguidos nestas entradas, hábito denunciado pelo conde de Vila Flor na carta já citada de março do mesmo ano e não comentado pelo *Mercurio* daquele mês, é utilizado agora por Antonio de Sousa de Macedo como recurso para fazer supor ao leitor que o saque havia sido maior, e maior, portanto, o prejuízo dos inimigos, do que os dados ali expostos revelavam.

E o tamanho desta pequena vitória, no principal palco de operações da Guerra da Restauração que era fronteira do Alentejo com a Extremadura, é ainda mais acentuado pela pena do *Mercurio*, ao continuar comentando a atuação de Schomberg, que vinha governando a província na ausência do conde de Vila Flor:

Deixou o Cōde de Schōberg as Villas de Mōforte, Alter, Veiros, & Frōiteira com fortificações capazes de recolherem algũas tropas que incomodem o inimigo, especialmente nos comboys para Arronches. Jã lhe tomãrãõ hũ, & trinta & seis cavallos; & entre outras cartas q depois se houverão de dous soldados de cavallo que as levavaõ, & foraõ tomados; vimos por hũa de Dom Diogo Cavallero seu General da cavallaria para Dom Alvaro de Luna Governador de Arronches, o muito que sentem aquele estorvo, que obrigará (diz elle) a se fazer qualquer comboy com grande numero de cavallos, que perecerãõ nestas jornadas; & sem um exercito não será possível desalojarem-nos de alli.³⁰

Pela carta do governador das armas do Alentejo de 3 de março, foi visto como a presença dos castelhanos em Arronches vinha causando graves transtornos na região, gerando o descontentamento e o temor da população, que já se recusava a pagar impostos da Coroa, afirmando estar sendo ameaçada pelo inimigo. E o *Mercurio* sobre o mesmo mês de março, se não se permitiu comentar

esta situação calamitosa, fez apenas referência indireta, ao introduzir a boa notícia de uma vitória contra a cavalaria inimiga sediada naquela praça. Em novembro do mesmo ano, Macedo mantinha seu discurso afinado com a intenção de diminuir a apreensão em relação à ameaça representada por Arronches. Neste caso, o *Mercurio* narra primeiro um conjunto de saques efetuados por tropas portuguesas na região, ressaltando o valor dos despojos, o proveito dos soldados e a inépcia do inimigo em se defender. Em seguida a narrativa do periódico insere aqueles saques em uma perspectiva maior de estratégia militar, dando a nova de que já estavam fortificadas algumas praças nas proximidades de Arronches – lembre-se que na dita carta Vila-Flor recomendava que se fortificasse Monforte e Assumar. Estas já abrigavam destacamentos voltados para estorvar a presença inimiga na praça, através de ataques aos seus cavalos, inibindo desta forma a sua ação ofensiva na região, bem como através de saques a comboios que para lá se dirigissem, o que faria com que os castelhanos precisassem redobrar seu investimento militar se quisessem manter aquela posição conquistada anos antes. E o sucesso da estratégia de Schomberg, a confirmação de que a pilhagem portuguesa fazia parte de um movimento maior de alívio da pressão exercida pelo inimigo na região, vem inclusive através da referência a uma carta do governador de Arronches interceptada, mais um importante despojo dos afortunados saques na região.

Também em novembro, mas já de 1665, outra nova trazida pelo periódico assegura a utilidade da pilhagem e da devastação do território inimigo para o desenvolvimento global da guerra. Logo nas primeiras páginas da edição, são narradas as façanhas do exército sob o comando do conde de Prado, que teria arrasado na Galícia todos os lugares dos vales de Minhoz, Fragoso e Rosal. Entre tantos, destaca a destruição e incêndio de Bouzas, “o ninho dos armadores da pirataria, Villa de setecentos vizinhos, & riquíssima; em q arderão armazens de muitas fazendas, & assucares”. Neste momento chegam notícias de que o vice-rei da Galícia, D. Luis Poderico, aguardava os portugueses

com quarenta companhias de cavalos e cinco mil infantes em uma portela chamada San Colmado, inevitável passagem para o exército de Prado. Os soldados portugueses, segundo o periódico, quiseram seguir para logo enfrentar o inimigo, mas este, “não se fião na ventagem q tinha de sitio, se assegurou na distancia, & marchando a Redondella, passou da outra parte da ponte de Sam Payo”³¹. Ocupando então, após a frustração de não enfrentar oponente, posição em San Colmado, o exército português envia uma partida para queimar a vila de Porrinho, localidade de grande valor para o inimigo, por possuir ali as principais fábricas de suas feitorias:

Executouse com notavel perda sua, arruinandose as moendas (como tambem se fez em outras partes) rompendose as ditas fabricas, quebrandose os instrumentos que não se puderão trazer, & tomandose outros, & todos os aprestos; alem dos muitos mantimentos que havia, com o que terá o inimigo grandissima difficultade em sustentar, não sò exercito, mas gente consideravel naquella fronteira.³²

Nesta abordagem, portanto, Antonio de Sousa de Macedo inclui como fatores benéficos daquelas entradas não só o arrasamento e os saques imediatos dos lugares e dos bens encontrados em território castelhano, mas também a destruição de sua capacidade econômica, da produção em médio prazo dos mantimentos necessários ao sustento do exército, e inclusive da população da região assolada. Associado a um discurso que proclama o vigor da ação militar portuguesa, que inclusive amedronta as forças inimigas, há a afirmação simultânea da inteligência e da eficácia estratégica da sucessão de pilhagens por ela desencadeada. A conclusão da notícia sobre estes feitos resume o impacto geral da entrada na Galícia, reafirmando esta simultaneidade entre a utilidade do ganho português e a da perda castelhana:

Os ditos quatro valles de Rozal, Minhoz, Fragoso, & Porrinho, abundantissimos, & os melhores

de toda Galliza, & suas muitas, & nobres povoações, ficáraõ destruidos, queimados, & arrazados, cõ perda que sempre serà lamentavel a seus naturaes, que em muitos annos se naõ poderãõ aproveitar delles; & ficou dando o inimigo a cada soldado só hũa quarta de milho, que comiaõ pisado. Os despojos que os nossos trouxeraõ, saõ increiveis, porque não estavaõ retirados, naõ se imaginado, q entrariamos tanto dẽtro. Couberaõ a muitos soldados ordinarios peças de prata, & ouro de bom valor, & muito dinheiro; tal houve, q alcãçou seis mil cruzados em dobroens dobrados; desmentiose a opinião q havia do pouco cabedal dos Gallegos; mas a assistencia dos soldados, & exercito, lho acrecentou ha annos, trazẽdo para alli muito dinheiro de elRey, & dos particulares, para as despezas ordinarias.³³

A segurança, portanto, que o *Mercurio* pretendia passar aos seus leitores através do acompanhamento da pilhagem e de outros pequenos feitos militares portugueses passava pelo reconhecimento das forças pontuais do seu exército espalhadas pelas diversas fronteiras entre os dois reinos, e também pela consideração dos ganhos auferidos pelos soldados nos campos de batalha, o que, inclusive, deveria atuar também como importante móbil para a obtenção de novos combatentes para o front em Lisboa e outras cidades. O historiador Jorge Penim de Freitas demonstrou com grande propriedade, e fartura de documentação, as dificuldades que se impunham ao recrutamento de soldados na guerra da Restauração, e como a pilhagem parecia ser a principal, praticamente a única, motivação daqueles que se dispunham a alistar-se, especialmente nas companhias de cavalo do exército português³⁴. O *Mercurio Portuguez*, neste contexto, quando relatava a suntuosidade dos saques efetuados, incentivava o alistamento, mesmo que indiretamente, de novas levadas para compor as forças do reino.

Mais do que isto, porém, como se percebe pelas notícias dos saques partidos de

Portugal entre 1663 e 1665, o *Mercurio* construía através delas o discurso de que tais feitos faziam parte de uma estratégia mais abrangente de minar as forças inimigas, revertendo e contradizendo o assolamento que os ataques castelhanos estariam trazendo ao território português e a seus moradores. Concluir, partindo de tal discurso, que havia por detrás das razias praticadas pelo exército português a intenção de, através da violência sobre as populações da fronteira, sabotar suas atividades econômicas e por esta via enfrentar o esforço de guerra inimigo, confirmando o pressuposto por Fernando Cortés Cortés, talvez seja ainda arriscado, até porque não se pode tomar as informações presentes no *Mercurio* como dados reais, ali verificáveis. Como já foi arazoado, não faz parte dos propósitos deste trabalho constatar ou contestar a veracidade dos fatos narrados por Antonio de Sousa de Macedo. Mais seguro, portanto, e útil ao intento de caracterizar a função política da publicação de seu periódico, é perceber que se disseminava, e se reconhecia no seu discurso sobre a guerra, o impacto das entradas e saques em território castelhano sobre a sua população, e também sobre os rumos da guerra, se não como objetivo, ao menos como resultado deste estilo de ação militar, e que esta constatação é inserida nos comentários de Macedo sobre estes pequenos feitos, com a finalidade evidente de valorizar tais práticas, e a talvez menos evidente de combater, no terreno da opinião, o efeito político exercido pela pressão militar inimiga sobre a população portuguesa. Para isso, porém, além de narrar pequenas vitórias dos destacamentos lusitanos, fazia-se necessário também abordar, e comentar, as entradas e os estragos efetuados pelo inimigo em território português.

UMA GUERRA VIL E COVARDE: A DEPRECIAÇÃO DAS INVESTIDAS INIMIGAS E A TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO SOBRE SAQUES E RAZIAS

Na edição de fevereiro de 1664, a descrição da entrada das tropas sob o comando do general inimigo duque de Osuna é um bom exemplar das estratégias discursivas do *Mercurio*:

Pella parte de Almeida, na Provincia da Beira, andáraõ [os castelhanos] nos primeiros dias deste mez muito soltos com o poder que juntáraõ de Estremadura, correndo a campanha, por naõ haver com que se lhes fizesse resistencia; porrem havendo o Governador das Armas Pero Jacquez de Magalhaens feito recolher os gados ao interior da Provincia, & o fato ás Praças, se empregáraõ em destruir alguns lugares da raya, & por ultima raiva em derrubar duas pontes. Ufano destas facçoës (que o pobre se alegra com pouco) espalhou o Duque de Ossuna papeis, convidando meo mundo á obediencia de seu Rey; & a elles se lhes respondeo de Portugal com outros semelhantes, & de zombaria, & finalmente, deixando o seu novo forte guarnecido, em sinco deste mez se retirou a Ciudad Rodrigo, mas não sem perda, porq pela parte da nossa praça de Alfaiares, o Capitão de couraças Antonio Ferrão de Castello Branco lhe tomou hũ comboy de 24 carretas, & algũas cavalgadas carregadas. De hũa tapada jũto ao forte lhe tomáraõ uns Portugueses de Almofala quarenta boys, e da mesma sua Aldea do Bispo lhe tiráraõ muitos.³⁵

Com algum humor, Macedo inicia a notícia dizendo que estavam os inimigos “muito soltos” no território português, e explica que o faziam em decorrência da ausência de resistência possível à sua ação na fronteira da província. O que poderia levar à consideração de uma falha da organização militar portuguesa, desta forma, é utilizado como subterfúgio para acusar a covardia dos castelhanos, que não percorreriam a região se estivesse protegida. Ainda no intuito de contornar a falta de guarnição que propiciou tal liberdade ao inimigo, o narrador inclui a informação de que todo o gado e o fato daquela raia, objetos de cobiça das tropas de Osuna, haviam sido recolhidos para o interior do território, dando prova da prevenção com que atuava o Governador Pedro Jacques de Magalhães, e minorando a dimensão do dano causado pela entrada em Portugal. Afinal, a ação militar castelhana, de destrui-

ção de “vários” lugares e derrubada de duas pontes, é descrita como de somenos importância, e motivada exclusivamente pela raiva do inimigo, frustrado em suas primeiras intenções de pilhagem. O duque de Osuna, porém, não considerou pequeno o seu feito, e espalhou papéis exigindo a rendição dos portugueses, atitude ridicularizada pela pena afiada do *Mercurio*. Por fim, ainda procurando desacreditar o impacto da entrada castelhana, Macedo contrapõe a ela algumas notícias de saques portugueses bem-sucedidos na mesma região do conflito.

Estes elementos detrativos da ação militar empreendida pelo inimigo estão presentes na maior parte das vezes em que o *Mercurio Portuguez* enfoca os saques e razias que assolavam o território português nesta última fase da guerra. Um deles é o tratamento irônico dispensado a tais feitos, menosprezo tão bem expresso na consideração de que “o pobre se alegra com pouco”. Sua intenção mais óbvia, portanto, é exatamente fazer pouco dos ataques castelhanos. As próximas linhas da mesma edição do periódico, porém, deixam entrever que a destruição causada por tais ataques não foi assim tão desprezível: “Recolhido o inimigo, começou Pero Jacquez de Magalhaães a refazer as pontes, & veo chegando a gente q lhe faltava”³⁶. Era imperioso, bem se vê, consertar o estrago causado pelo duque de Osuna na região, assim como incrementar a defesa do território que havia ficado tão desprotegido. No mês seguinte, uma nova ofensiva do duque na Beira: Pedro Jacques de Magalhães, reedificando uma das pontes arruinadas, sobre o Rio Côa, havia levantado perto dela uma atalaia, e a guarneceu com vinte mosqueteiros, que agora seria o novo alvo dos castelhanos:

Em vinte deste mez de madrugada foi o Duque de Ossuna cõ seiscentos cavallos, & mil infantes para derrubar a atalaya. Sahio da praça de Almeida Pedro Jacques, & mandou occupar os altos de hũa, & outra parte do rio com mangas de mosquetaria; pelejou a infantaria com armas de fogo, & travouse escaramuça com os batalhoens de sua vanguarda; em fim foi o inimigo rechaçado com algũa perda.³⁷

Efetivamente não se tratou a derrubada das pontes de uma ação militar fortuita, inspirada pela raiva de não se haver encontrado gado para o saque planejado. Tendo andado livremente pelo território português, destruído vários lugares e derrubado duas pontes, Osuna talvez tivesse boas razões para se sentir vitorioso. Uma das pontes, só um mês depois o prudente *Mercurio* informa, postava-se sobre o Rio Côa, que atravessava, de sul a norte, os dois partidos militares em que foi dividida a Beira a partir de 1647³⁸, Riba Côa e Penamacor. A crer pelos esforços empreendidos pelo Governador Pedro Jacques em sua reconstrução, com instalação de uma atalaia, e pela defesa contra uma tentativa de Osuna de impedi-la, torna-se patente que a ponte não era um elemento prescindível naquele cenário de guerra, devendo se tratar de uma importante via de comunicação entre o interior da Beira e suas terras de fronteira. Antonio de Sousa de Macedo, portanto, tinha também as suas razões para debochar da investida pontual do inimigo, assim disfarçando seu caráter objetivo, e estratégico.

O assédio das tropas de Osuna na Beira, porém, não param com a tentativa de coibir a reconstrução da ponte, demonstrando que suas intenções na região não eram casuais, e assim também continua o *Mercurio*, ao narrar cada sua investida, desenvolvendo seu peculiar humor diante das incursões inimigas. Em junho do mesmo ano, já portanto em plena campanha de 1664, o duque adentra em território português, de acordo com o periódico, com três mil infantes, mil cavalos, sete peças de artilharia, e muitos carros. Mordaz, o *Mercurio* comenta a serventia de tamanho poderio:

Parou todo este estrondo em derrubar algũas atalayas que o Governador das armas Pedro Jacques de Magalhaães avia mandado despejar por não terem defesa; & em fazer guerra vil aos paês que segou meos verdes, de que levou muitas carradas. Por cartas que se lhe tomãraõ em hum Corrêo para sua mulher, & para o Conde de Graxal, assistente em Salamanca, blasonava muito destas façanhas,

avaliando cada atalaya por hũa Rochela, & cada espiga por cabeça de hum gigante. O Governador Pedro Jacques, que não se achava com seu poder junto, ainda assi em varios recontros lhe matou gente, & tomou trinta & tres cavallos, & lhe matou outros, & da nossa parte se perderaõ só tres cavallos, & houve hum soldado ferido.³⁹

“Todo este estrondo”, escarnece Macedo, é mobilizado apenas para derrubar umas atalaias e fazer “guerra vil” aos pães, ou seja, devastar as plantações de trigo da região, neste caso recolhendo-o e levando para o território castelhano. O humor do *Mercurio Portuguez* opera aqui uma caricatura da ação militar chefiada pelo duque de Osuna, com óbvias intenções políticas. Sem força, ou melhor, sem coragem para enfrentar o exército português, Osuna se contenta com fazer guerra aos pães, e ataca apenas alguns postos de observação portugueses, e ainda envia cartas vangloriando-se do feito, para o seu assistente em Salamanca e para sua mulher. O sarcasmo do periódico chega ao auge, imprimindo à sua caracterização do inimigo delírios quixotescos, e mostrando como Osuna utilizava seu feito para fazer pose de guerreiro vitorioso diante da mulher, e dos seus subordinados. Um ponto, porém, parece incontornável, mesmo à engenhosa pena do *Mercurio*: ao denunciar a vileza do ataque às plantações da Beira, pretende-se com certeza desvalorizar tal ação militar, destacando a sua covardia, mas neste caso a covardia relaciona-se não só com o medo, mas também com a crueldade de quem a engendrou; se se reconhece a crueldade do feito, reconhece-se o seu resultado assolador, o seu impacto na vida dos moradores e na organização do exército lusitano na região. O mesmo intento, portanto, de desarticlar a economia do inimigo, que Macedo procurou elogiar nos saques portugueses, pode-se encontrar no tipo de entrada operada pelos castelhanos em casos como o destacado acima, e é este intento, e seu sucesso, que se procurava então envolver no manto do escárnio e do amesquinamento.

Não por acaso, logo após narrar o recolhimento das tropas de Osuna, o *Mercurio*

traz notícias da resposta de Pedro Jacques de Magalhães aos seus ataques, que começou com uma investida sobre a vila de Sobradillo, com quatrocentos cavalos e dois mil e quinhentos infantes, força que ali entrou sem grande resistência dos moradores, que logo se refugiaram em um castelo próximo. O governador então “mandou saquear a villa, o que se fez com muito vagar; & depois a mandou queimar”. De acordo com o periódico, a fúria de Pedro Jacques só não investiu contra o castelo em que estavam os moradores porque começou uma forte chuva que engrossou o Rio Águeda e impediu que suas tropas o atravessassem com “os petardos, lanças de fogo, & granadas, que para isto levávão”. Obrigado pelo mau tempo a se recolher, ainda “mandou Pedro Jacques dizer ao duque que em saquear, & queimar villas se vingava, & vingaria de lhe segar pães, & derrubar atalayas”⁴⁰. Antes de terminar a mesma edição, Macedo traz ainda, como última nova, que o governador da Beira continuava a sua “vingança dos pães cortados”: sabendo da chegada de um comboio em direção ao forte de Fiel, saiu com trezentos cavalos de Almeida, e o atacou com quarenta cavalos, tomando sessenta carretas e quarenta cavalgadas, e atraindo a guarnição do forte para o combate:

saindo o inimigo a socorrellas, o mandou carregar pello Tenente general da cavalleria Dom Antonio Maldonado, & fazendoo com menor numero, obrou elle, & os que com elle hiaõ de maneira, que às cutiladas, metêraõ os batalhoës inimigos pella porta do Forte, & chegáraõ até á estacada com grande bizzarria, matando, & ferindo muitos soldados, tomando quinze cavallos, & quarenta prisioneiros.⁴¹

Bem se nota a relevância, tanto na guerra quanto na opinião, da derrubada de atalaias e do ataque a plantações de trigo orientados pelo duque de Osuna, se originou estas ações de retaliação, e se no periódico do secretário de Estado se designou a sua vingança como mote e justificativa para as entradas em território inimigo. Como se percebeu, ao tratar das entradas inimigas,

sempre buscando reduzir o impacto destas novas na opinião dos leitores, Macedo opera no sentido inverso do enfoque de exaltação dos pequenos feitos portugueses, e acusa a mediocridade, a covardia e a ausência de qualquer pensamento estratégico por detrás dos ataques inimigos a pequenas localidades, pastos e plantações. Porém, ao longo de suas edições, quanto mais se acusava a covardia dos castelhanos, mais se tornava necessário incluir a valentia como móbil e justificação dos saques portugueses. Isso porque, a cada notícia sobre os danos trazidos pelos castelhanos ao território português, mais se destacava no *Mercurio* a ausência por parte do inimigo de qualquer intenção de combate direto.

Já em julho de 1664 encontra-se um dos primeiros exemplos desta postura. Comenta Macedo em certa altura que os castelhanos entraram por Trás-os-Montes com dezesseis tropas de cavalos, um terço pago de infantaria, e mais alguns milicianos, indo sobre pequenos lugares como Lama de Arcos, Vila Meã e Vilarinho, entre outros, e “não levou delles cousa de sustancia, se bem nas sementeiras fez perda”. Mais um caso, portanto, de ataque direto à produção agrícola das terras de fronteira. Macedo não deixa, como nota-se em seu discurso, de subestimar a perda decorrente da entrada, mas faz mais: diz que a província portuguesa se encontrava com apenas seis tropas de cavalos, trezentos infantes pagos e alguns terços auxiliares, que comandados pelo mestre de campo Diogo de Brito Coutinho estiveram buscando o inimigo; porém este, durante toda a ação, “andou como fugindo; porq tẽdo tanto maior numero de cavalleria, & infantaria paga, se retirava logo, que imaginava q os nossos hiaõ socorrer; atẽ q, avẽdo feito guerra mais de salteador, que de conquistador, se recolheu a Monte Rey”⁴². À desvalorização da dimensão dos saques inimigos, se soma a acusação de que as tropas que os efetuavam fugiam de possíveis recontros com as forças portuguesas, mesmo quando estas apresentassem franca desvantagem numérica. Em meio ao discurso de menosprezo das intenções bélicas castelhanas, vai se definindo uma oposição nítida entre a covardia inerente a um estilo de guerra mais afeito aos saques, e o

valor e a bravura daquele que procura promover confrontos diretos entre os exércitos em contenda.

A partir dos últimos meses de 1665, e durante praticamente todas as edições do *Mercurio Portuguez* em 1666, este discurso avoluma-se e se consolida no olhar do periódico sobre a guerra. Em outubro de 1665, comenta a entrada das tropas do marquês de Caracena, general do exército castelhano desde o início do ano, nos lugares abertos de Veirós e Fronteira, de onde levava presas e prisioneiros. Porém, quando soube que o mestre de campo general e general da cavalaria do Alentejo, Diniz de Melo de Castro, vinha a seu encontro, como quem “entrara em Portugal com preposito de não receber visitas, subitamente levantou maõ do q fazia, & de hum tiro andou sete legoas por se emboscar em Castella; o temor, disse o Poeta, acrecẽta azas”⁴³. A estratégia do *Mercurio* é a de menosprezar o ataque castelhano, mas não exatamente por não haver trazido dano a Portugal, e sim acusando sua covardia em não esperar as forças portuguesas e enfrentá-las. O sarcasmo do periódico, que aqui ridiculariza a rapidez da fuga inimiga, se dirige então a inferiorizar a própria tática militar do saque e a destruição dos lugares de fronteira.

No número sobre os eventos de novembro de 1665, o mesmo em que já se havia narrado a entrada arrasadora do conde de Prado na Galícia, as notícias sobre a província do Alentejo enfocam a entrada do mesmo Caracena, com toda a cavalaria castelhana, dividida em dois troços de mil e quinhentos cavalos cada. O primeiro teria apenas queimado quatro casas nos arredores de Santa Eulália, não conseguindo entrar no lugar por rechaço dos moradores e alguns soldados que lá se encontravam, e se retirou por Juromenha sem que fizesse outro dano, “nem levou preza algũa, porque os gados se haviaõ retirado por aviso que tiverãõ”. Já o segundo troço não parecia tão fracassado, pois queimara as aldeias e casas no caminho de Monsaraz, e “se retirava com hũa grandissima preza de gado”⁴⁴, até que ficou sabendo que vinham no seu encalço o Tenente-General D. Luis da Costa com sete companhias de cavalo e também, com reforços, o mesmo Diniz de Melo de Castro:

bastou isto para tocar logo a recolher, & de retirada apressada, passou a fugida vergonhosa, largando cõ o medo toda a preza (exceptas poucas rezes, & porcos que tinha mandado muito adiante) correndo para o porto do Tarrasal. E tocandolhe poucos cavallos nossos de noite arma pellos lados, & na retraguarda, se meteo em tal confusão que, tocando as trombetas, perdeo o caminho, & setenta cavallos, e nos deixou alguns Oficiais prisioneiros, & foi pelo Roncão passar o porto do Zebro, sem parar senão depois de correr cinco legoas, em que se arruinou grande parte da cavallaria.⁴⁵

Repare-se como aqui se dedica o *Mercurio* a narrar em tons de comédia a saída do inimigo do território português, a caracterizá-lo medroso e atrapalhado, deixando para trás a grande presa que levaria para Castela, causando mesmo a perda dos seus próprios cavalos na confusão de sua fuga intempestiva. Fuga vergonhosa, e não retirada apressada, indica Macedo, ironizando o eufemismo próprio da linguagem militar. Para completar a cena cômica pintada acima, o periódico informa ainda que a causa maior do temor do marquês inimigo, os reforços que trazia Diniz de Melo de Castro, não se concretizou, este não chegara a conseguir reunir a tropas que pretendia: *Fugit impius nemine persequente*; o ímpio foge sem que ninguém o persiga, arremata recorrendo ao provérbio salomônico⁴⁶, encaminhando o leitor da comédia à censura moral dos opositores de Portugal, e passando então a apontar como sua ação covarde fazia parte de um novo estilo de guerra levado a cabo por Castela, sinal de sua decadência e de sua inépcia militar:

Tem feito Caracena estes tempos as entradas que vimos, porque (segundo os avisos que recebemos de Madrid) o novo governo da Rainha tem resolutio seguir outro estylo de guerra, não tratando de batalhas (& faz bem) mas molestando com entradas a pilhar. Se isto he generoso, & meo de cõquistar, elles o saberaõ, & se he tambem ordẽ

Real, que fujaõ os intrantes tanto que sospeitem que os nossos os querem buscar, elles a executaõ pontual, & obediẽtissimamente.⁴⁷

Desta forma, o *Mercurio Portuguez* definitivamente denuncia a indignidade deste estilo de guerra que privilegia os saques e fuge das batalhas, e demonstra assim como este tipo de ação indica a falência do inimigo, sua incapacidade bélica, e sua covardia inveterada. Nas edições seguintes à citada, multiplicam-se os exemplos desta abordagem do periódico em relação às entradas inimigas. Em julho de 1666, no auge da campanha militar daquele ano, Macedo coroa o argumento construído nos últimos meses:

Que pelejando aja bons, ou maos successos, he muito ordinario; mas que de tempos a esta parte nam queiram ja os castelhanos pelejar, sõ busquem o que nam tenha opposiçam, & achandoa, nam ousem ver nossa cara, como vimos em tantos successos desta relação, he muito pera reparar; vejase como ham de ser conquistadores.⁴⁸

É, portanto, através deste discurso tecido mês após mês, que o *Mercurio* reorganiza, principalmente durante 1666, sua lógica de detração das investidas castelhanas de pequeno porte. Como se evidenciou aqui, ao longo das sucessivas publicações Antonio de Sousa de Macedo vai definindo suas estratégias discursivas, se esforçando no princípio em desmentir a função estratégica da ação castelhana, de modo inverso ao que fazia quando abordava um saque ou uma razia portuguesa; mais adiante, porém, concentra-se na acusação da covardia inerente a este estilo de guerra, e na associação dos saques castelhanos com uma incapacidade de empreender a guerra mais honrada, e eficiente, que seria o combate direto com as forças militares portuguesas. Construía assim uma distinção moral entre o saque e a peleja, que passou a atuar no discurso detrator da ação militar inimiga com mais veemência do que os anteriores recursos destinados a subestimar a dimensão do seu impacto.

Como não podia deixar de ser, o domínio deste enfoque nas edições de 1666 implicou também mudanças no modo como Macedo passava a descrever os saques dirigidos pelo exército português contra o território castelhano. Caso exemplar desta mudança pode já ser observado em uma notícia do *Mercurio* de março de 1666. Logo após anunciar a perda de quinhentas ovelhas, criticando como os entrantes logo se recolheram, sem deixar oportunidades para pelejas, o periódico passa a noticiar as entradas organizadas por Antonio Soares da Costa, general da artilharia da Beira, que então governava o partido de Penamacor, de onde haviam sido retiradas as tais ovelhas. Tendo saído com duzentos cavalos em busca de cinco tropas inimigas que entendeu estavam em Saclavim, não as encontrou, mas apenas outros trinta e seis cavalos, contando com cinco tenentes e um capitão, dos quais tomou trinta e cinco; no mesmo dia, foi para as proximidades de Silheiros, para atrair sua tropa, mas esta “não quiz sair; trouxeraõ os nossos muitas ovelhas, & cavalgaduras, de cujo numero não chegou a *Mercurio* certeza”⁴⁹. No mesmo mês, portanto, subentende-se que houve saques realizados pelos dois lados na raia da região sul da Beira. Ambos, portanto, reconheciam a utilidade, quiçá a necessidade, de tais pilhagens no cotidiano da guerra; mas o *Mercurio*, empreendendo já outra guerra, em outra arena, faz questão de dizer que os castelhanos buscavam apenas o saque, e fugiam de confrontos diretos, enquanto os portugueses cruzavam a fronteira no intuito de provocar batalhas, e quando não as concretizavam, o que afinal dependia da recíproca coragem dos inimigos, é que se dedicavam ao saque. Repare-se que, a esta altura, mesmo o ataque de tropas portuguesas contra castelhanos em franca desvantagem era justificado pela intenção anterior de um combate mais igual, e mais valoroso.

Ao longo deste último ano escrevendo o *Mercurio Portuguez*, Macedo narra outros vários pequenos feitos conduzidos por Pedro Jacques de Magalhães, pelo partido de Riba Cõa, e o modo como Macedo aborda tais feitos, bem diferente daqueles descritos como vingança contra a guerra aos

pães empreendida pelo duque de Osuna, mostra ainda com mais nitidez a significativa alteração do discurso do periódico sobre os pequenos sucessos de guerra. Se durante a campanha de 1664 bastava a menção à necessária desforra em relação aos danos impostos por Osuna para justificar os saques portugueses naquela fronteira, já em 1666 sempre o periódico procurará atribuir ao exército português objetivos mais honrados do que a simples depredação e saque nas possessões inimigas. Durante o ano, em diversas edições são narradas entradas orientadas pelo destemido governador, que saqueiam as redondezas de Ciudad Rodrigo, sempre com o frustrado propósito de provocar um combate direto com a guarnição daquela praça. Houve que se justificar, portanto, os saques efetuados em território inimigo, pois eles não deviam ser interpretados, como o *Mercurio* pedia em relação aos castelhanos, como ações covardes de um exército indisposto a batalhas com seu opositor. A última delas, porém, noticiada no número sobre outubro, é a que merece maior destaque. Mais uma vez, saía o exército português com o fim de “armar à cavalaria de Ciudad Rodrigo”:

Emboscouse aonde chamão Val dos Canhos, pouco mais de tiro de peça da praça; & despedio em partidas 130 cavallos a pilhar os campos, os quaes chegãram a Tamames, sete legoas alem daquela Cidade, passando por muitos lugares, & villas, sem acharem nelas resistencia, mas sô desconsolaçam, & clamores de se verem sem defensa. Em tanto foi Pedro Jacques de Magalhaens sentido na emboscada, pello que se descobrio aos tres; sahio a cavallaria da praça, mas nam apartou as ancas da muralha; o que vendo Pedro Jacques mandou saquear algumas herdades, & que os soldados vindimassem as vinhas, o que fizeram muito a seu gosto com grande vagar. Chegãram as nossas partidas bem carregadas, as grupas de fato, & trazendo 700 rezes vacũas, & muitas cavalgaduras, & deixando talada a campa-

nha, & muitas casas queimadas; o nosso Governador das armas se pos em marcha, vindo jütamente caçando às perdizes como por sua casa.⁵⁰

A serenidade da ação militar portuguesa chega a ser anedótica. Investira o *Mercurio* ao longo do ano, em várias ocasiões, no discurso de que as tropas da Beira repetidamente tentavam atrair as de Ciudad Rodrigo, mas estas não as enfrentavam, explicando assim a ocorrência de uma série de pilhagens realizadas por Pedro Jacques na região. Agora, nesta edição de outubro, o periódico incrementa tal discurso descrevendo com tom jocoso as ações que se tornaram possíveis pela covardia dos castelhanos: os saques efetuados já sete léguas depois da cidade inimiga, a sossegada colheita das uvas a poucos metros da mesma, e a tranquilidade com que as tropas puderam retornar a Portugal, permitindo inclusive o requinte de uma caça a perdizes durante o percurso. Assim, Antonio de Sousa de Macedo conduz ao paroxismo sua oposição entre as entradas e saques castelhanos e o mesmo tipo de investida operada pelos portugueses, construída desde fins de 1665: se nas entradas inimigas verificava-se a disposição das tropas lusitanas para sua retaliação, e apenas a covardia castelhana impossibilitava o confronto direto entre as forças militares dos dois reinos, o exército português, por sua vez, ao adentrar em território inimigo fazia questão de executar sem pressa seus saques, no intuito de enfrentar em batalhas campais a cavalaria castelhana, e mais uma vez é o temor dos inimigos que as impede.

Neste último caso, porém, Macedo traz ainda outro dado, que reforça o seu propósito, observado desde os idos de 1663, ao procurar cunhar tal diferenciação entre as pequenas ações militares de ambos os lados da contenda: se Pedro Jacques não encontrou, nos lugares saqueados, qualquer resistência, notou porém como aí se disseminava o desconsolo da população extremenha, que se percebia desamparada pelas forças que a deveriam proteger. Se o cotidiano de rápidas entradas, saques

e razias, de acordo com a historiografia atual sobre a Guerra da Restauração, era o elemento que mais debilitava e assolava a vida dos moradores das áreas atingidas pelo conflito, ao descrevê-las o redator do *Mercurio Portuguez* utilizou, como foi visto, uma série de recursos para valorizar e justificar as ações portuguesas, e menosprezar as investidas castelhanas. Com isso, se pretendeu sempre abrandar o impacto que o inevitável assolamento da zona de guerra poderia causar no terreno da opinião, impacto de inequívoca dimensão política.

A transformação dos recursos discursivos do periódico, que passou, durante sua publicação, da valorização da utilidade estratégica das razias à depreciação moral de sua utilização, serviu sempre, de uma forma ou de outra, à afirmação da superioridade militar portuguesa, à divulgação de consequências nefastas do desenrolar da guerra no território castelhano, como a pauperização da população e das forças militares inimigas, e à simultânea mitigação na opinião das mesmas consequências em Portugal, mas acompanhou também as alterações vividas nos rumos da Guerra da Restauração. De fato, é bastante significativo que, ao longo da publicação do *Mercurio Portuguez*, o simples ganho material dos saques ou a efetivação de uma vingança contra ações covardes inimigas tenham deixado de ser justificativa bastante para o anúncio de entradas em território castelhano. Se, como foi argumentado até aqui, Antonio de Sousa de Macedo pode ter sentido a necessidade de divulgar razões mais nobres, e valorosas, pelo incremento em seu próprio discurso da censura moral à prática de saques e razias, estas duas simultâneas alterações em seu discurso demonstram um novo posicionamento do redator em relação ao lugar ocupado naquela guerra por Portugal. Para além destes pequenos feitos cotidianos, as tropas de D. Afonso VI haviam vencido as batalhas mais vultosas daqueles últimos anos de guerra, notadamente a Batalha do Ameixial, seguida da reconquista de Évora ainda em junho de 1663, e a batalha de Montes Claros em junho de 1665. Sucessos estes que, ironicamente, fizeram valer àquele rei o epíteto de

Vitorioso, que lhe consagrou a tradição, a despeito de ter sido destronado pelo infante D. Pedro alguns meses antes da assinatura da paz com Castela, em 1668.

Provavelmente, portanto, tais transformações nas narrativas e no discurso sobre a guerra impresso pelo secretário de Estado correspondiam a uma percepção de que a própria opinião dos leitores já via o reino em melhores condições diante do inimigo de

mais de duas décadas; ou antes, de que, por sua interferência, este novo olhar podia ser estimulado, e mais bem aproveitado, criando bases sólidas para a afirmação, através da publicação de outras novas, da parte que cabia ao novo governo na obtenção desta posição de vantagem propalada pelo *Mercurio* mês a mês, a partir e apesar da violência cotidiana que suas páginas não deixavam de transparecer.

¹ *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal, & Castela. Novas do mez de janeiro de 1663*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor delRey N. S., 1663. – O título dos diferentes números do periódico variou, porém começava sempre com *Mercurio Portuguez*, que é a forma como será referido adiante, destacando-se apenas o mês sobre o qual cada edição trata. É importante também advertir que as edições de 1666 são já compostas por outro impressor, chamado Domingos Carneyro, sediado também na cidade de Lisboa.

² O primeiro periódico impresso em Portugal, vale destacar, foi a *Gazeta*, publicado entre novembro de 1641 e setembro de 1647.

³ Para uma biografia mais detalhada de Macedo, ver prefácio de Pedro da C. de Sousa de Macedo à edição atual de MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de España, Excelências de Portugal*. Lisboa: Alcala Editores, 2003. Ed. Fac-Sim. pp. IX-XXVI.

⁴ *Mercurio Portuguez*. Fevereiro de 1663. fol. 2r.

⁵ *Mercurio Portuguez*. Janeiro de 1663. fol. 2v.

⁶ *Ibid.* fol. 4v.

⁷ Este enfoque mais tradicionalista da história militar portuguesa, preocupado com a análise tática de batalhas e uma descrição das hierarquias e funções da organização dos exércitos, se mantém ainda hoje. Porém, algumas obras destacam-se por, mesmo mantendo tais ênfases, procurarem trabalhar a partir delas elementos suscitados por outros enfoques, de história política e social, dos temas militares: Cf., entre os que tratam do exército e das batalhas da Guerra da Restauração: NUNES, António Pires. *Quadros da vida militar – das Ordenações sebásticas às invasões francesas*. In: BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 5, pp. 45-98, 2004; e ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *Batalhas da História de Portugal, Restauração 1640-1668*. Lisboa: QuidNovi, 2006.

⁸ CORTÉS, Fernando Cortés. *Guerra e pressão militar nas terras de fronteira (1640-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. pp. 40-43.

⁹ Ele explica que a conferência não teria começado pela ausência do conde de São João, e termina afirmando que ele "hoje deve ser chegado àquella parte, & veremos os termos em que se poem este negocio". *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 4r

¹⁰ *Ibid.* fol. 3r.

¹¹ *Ibid.* loc. cit.

¹² *Ibid.* fols. 3v-4r.

¹³ *Ibid.* fol. 3v.

¹⁴ COELHO, Possidónio M. Laranjo [org.]. *Cartas dos Governadores da província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. v. 3, p. 271.

¹⁵ *Ibid.* p. 272.

¹⁶ *Ibid.* loc. cit.

¹⁷ *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 3r.

¹⁸ COELHO, P. M. L. op. cit. v. 3, p. 273.

¹⁹ *Ibid.* p. 274.

²⁰ *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 3v.

²¹ Cf. COSTA, Fernando Soares. *A Guerra da Restauração, 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. pp. 81-102, e também os dados recolhidos sobre a distribuição geográfica e temporal das tropas portuguesas em FREITAS, Jorge Penim. *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da coroa portuguesa, 1640-1668*. Lisboa: Prefácio, 2007. pp. 133-151. Para a visão da historiografia militar tradicional portuguesa, são exemplos paradigmáticos, pois representam épocas distintas: CHAGAS, Manuel Pinheiro. *A Guerra da Restauração*. Lisboa: Lucas & Filho – Editores, 1875; SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

²² *Mercurio Portuguez*. Setembro de 1663. fol. 3r.

²³ *Mercurio Portuguez*. Abril de 1664. fols. 3r-3v.

²⁴ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fols. 5r-5v.

²⁵ *Ibid.* fol. 5v.

²⁶ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1664. fol. 4r.

²⁷ *Ibid.* fol. 4v.

- ²⁸ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1664. fol. 5v.
- ²⁹ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fols. 6r-6v.
- ³⁰ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fol. 6v.
- ³¹ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fols. 1r-1v.
- ³² *Ibid.* fol. 1v.
- ³³ *Ibid.* fols. 1v-2r.
- ³⁴ Cf. FREITAS, J. P. op. cit. principalmente pp. 32-43 e pp. 259-278.
- ³⁵ *Mercurio Portuguez*. Fevereiro de 1664. fols. 2r-2v.
- ³⁶ *Ibid.* fol. 2v.
- ³⁷ *Mercurio Portuguez*. Março de 1664. fol. 1v.
- ³⁸ Segundo Jorge Penim de Freitas, a divisão da província fora solicitada em Cortes, e teve como ponto de referência a Vila de Alfaiates: "A partir daquela localidade para norte, até ao rio Douro, estendia-se o partido de Riba Cõa, também designado como partido de Almeida; e de Alfaiates para sul, até ao Rio Tejo, tomava forma o partido de Penamacor, também referido como o de Castelo Branco": FREITAS, J. P. op. cit. pp. 143-144.
- ³⁹ *Mercurio Portuguez*. Junho de 1664. fol. 13v.
- ⁴⁰ *Ibid.* fol. 14r.
- ⁴¹ *Ibid.* fol. 16r.
- ⁴² *Mercurio Portuguez*. Julho de 1664. fol. 8v.
- ⁴³ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1665. fol. 3v.
- ⁴⁴ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fol. 6r.
- ⁴⁵ *Ibid.* fol. 6v.
- ⁴⁶ Vulgata, Provérbios, 28, 1.
- ⁴⁷ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fol. 7r.
- ⁴⁸ *Mercurio Portuguez*. Julho de 1666. fol. 7v.
- ⁴⁹ *Mercurio Portuguez*. Março de 1666. fol. 3r.
- ⁵⁰ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1666. fols. 9r-9v.